

[entrevista com Cristiano Ferri de
FARIA]

MITOZO, Isabele

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da
UFPR e revisora da Revista Compólítica <ibmitozo@gmail.com>

O Portal e-Democracia e suas potencialidades: avanços e
desafios de uma ferramenta de participação legislativa

O Portal e-Democracia e suas potencialidades: avanços e desafios de uma ferramenta de participação legislativa

[Portal e-Democracia and its potentialities: progress and challenges of a legislative participation platform]

MITOZO, Isabele

[entrevista com Cristiano Ferri de FARIA]

Cristiano Ferri de Faria é doutor em Ciência Política e Sociologia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e atua como técnico na Câmara dos Deputados desde 1993. Sendo um dos idealizadores do Portal e-Democracia, uma das principais ferramentas de participação digital, no Brasil, esse pesquisador é um forte defensor da ideia de Parlamento aberto e da importância das tecnologias digitais para o fortalecimento do contato entre Legislativo, na condição de representante, e esfera civil, os representados. A partir de suas contribuições à área, assim como de sua própria relação com o Portal e-Democracia, Faria tem conquistado notoriedade tendo, recentemente, contribuído com a construção do relatório *Open Up*, da Comissão de Democracia Digital, da *House of Commons* britânica.

Na entrevista que segue, ele fala, de maneira ampla, sobre o portal desde seu surgimento ao desenvolvimento das ações destinadas a essa ferramenta. Pontos como investimento e desafios enfrentados na Casa também são abordados e, por fim, o pesquisador faz uma breve avaliação do e-Democracia, comparando-o a outras iniciativas pelo mundo. A entrevista foi, originalmente, realizada em agosto de 2013, mas, atualizada com uma nova conversa em fevereiro de 2015.

Primeiramente, como foi o processo de proposição e estabelecimento do Portal e-Democracia, em 2009?

Foi um projeto que começou com um processo *bottom-up*, ou seja, um grupo de servidores que eu coordenei, a partir do segundo semestre de 2008, depois início de 2009, e nós conseguimos ter em fevereiro um “ok” do diretor-geral e a gente fundou um piloto. A ideia era, com base em algumas experiências que nós já havíamos mapeado, [como] o Senador Virtual do Chile, o Parlamento Basco, o da Nova Zelândia também, os formulários, que eram ainda experiências mais básicas de participação, com interação mais simples. Pensamos que poderíamos, então, fazer algo mais complexo, mais profundo, que permitisse, então, uma participação de fundo do processo legislativo e não um mero “opinamento” etc. Então, iniciamos a formatação de um projeto que foi baseado em pilotos, discussões. E muitas dúvidas e questionamentos surgiram nesse processo, pois foi um processo muito difícil, de ter que lidar com muitos receios administrativos, políticos, dessa abertura. Tivemos, realmente, que trabalhar muito nessa quebra de tabu, de paradigma etc. E a forma de fazer isso foi com esse piloto, muito simples. Conseguimos alguns apoios políticos para esse piloto, no caso, a discussão da mudança climática. Logo em seguida, o estatuto da juventude, e os deputados dessas áreas estiveram muito interessados em apoiar esse tipo de ideia. O que a gente fez, então, foi adaptar o conceito de comunidade virtual, que são espaços geralmente fechados, ao menos naquela época era voltada para discussões em grupos muito fechados, mas a gente queria que essas comunidades fossem abertas, e que a sociedade pudesse utilizar uma série de ferramentas virtuais de interação, discutir com os parlamentares em um formato um pouco de consulta pública, mas uma consulta interativa. E foi assim que a gente foi

“vender” para os deputados, porque sempre houve esse receio e continua, ainda, muito forte de que esse tipo de participação e interação pode ser o começo de um processo que os deputados temem muito, que é a implementação da democracia direta. Mecanismos que, a médio e longo prazo, irão substituir o então sistema representativo. Assim, há um grande receio dos parlamentares, e muitos deles acham que nem é bom começar esse processo. Outros, por outro lado, viram também a oportunidade de dar visibilidade a seu trabalho, de poderem interagir mais diretamente e de maneira mais horizontal com o cidadão digital. Então, alguns deputados ficaram muito interessados em utilizar esse tipo de interação. E é interessante que a gente tem visto o seguinte: a transparência como uma moeda de duas faces. Uma face é aquela que o parlamentar vê: ele vê como uma oportunidade de visibilidade. E a outra face é a que a sociedade vê: a oportunidade de fazer o controle social, transparência sobre o mandato parlamentar. Então, nós tivemos que lidar com esses dois mundos, o mundo social e o mundo político, mas, de formas diferentes. Para os deputados, a gente sempre defendia que era uma oportunidade, portanto, de mostrar o seu trabalho, de as pessoas conhecerem suas ideias, de exercer o mandato utilizando a inteligência coletiva e, por outro lado, para a sociedade, ela sentir que era uma forma de ter controle social e de transparência sobre o mandato parlamentar. Então, tivemos de ser um pouco hábeis, fazer um joguinho de cintura nessa história, para poder no começo implantar esse tipo de ideia. Começamos, então, com alguns pilotos: alguns deram certo, outros não. O estatuto da juventude foi ótimo e essa lei foi sancionada. Esse estatuto foi, então, a primeira lei construída no e-Democracia e, segundo a relatora do projeto, a deputada Manuela D’Ávila, cerca de 30% do projeto foi construído com as contribuições do e-Democracia. Então, havia, ainda na gênese, muita preocupação em relação ao projeto. Preocupações como “vamos fazer aquela moderação prévia ou não?”, quer dizer, só vamos autorizar os *posts*, contribuições das pessoas,

uma vez que lidas, vendo se não tem palavrões etc. Havia um grande receio que, se a gente abrisse essa discussão com a sociedade, as pessoas fossem xingar os deputados, fazer críticas, ou ser muito grosseiras etc. Então, bancamos a ideia de que não haveria essa moderação, demos um voto de confiança para a sociedade brasileira. E foi uma decisão muito acertada, porque vimos que, hoje, em seis anos, o e-Democracia teve meia dúzia de *posts* ofensivos ou nós tivemos que retirar ou banir os participantes, de acordo com o termo de uso que eles assinam. Esse termo de uso foi construído com base em várias boas experiências de participação e interação. O próprio Ronaldo Lemos ajudou na construção disso, que é um termo de uso bem aberto, bem progressista no sentido de valorizar a liberdade de expressão. Claro, com limites, em casos extremos (pessoas que xingam, que colocam mensagens racistas, coisas assim), mas, praticamente não tivemos. Com milhares e milhares de contribuições tivemos, como já disse, meia dúzia de contribuições mais radicais, o que nos leva a uma hipótese, ou, para mim, a confirmação de uma hipótese de que, quando o Estado disponibiliza canais formais institucionais de interação para se ouvir a sociedade, ela se comporta de forma séria, comporta-se de forma a realmente entender que esses canais são sérios e que, portanto, essas participações têm de ser realizadas com seriedade. No começo foi assim. Depois tivemos outras necessidades. Era uma plataforma muito precária, muito simples, tivemos vários problemas técnicos no lançamento disso, muitas críticas, críticas até um pouco ofensivas, que mostram um pouco o ódio que certas pessoas têm em relação às coisas do Estado, em especial da Câmara. Mas, foi muito bom, porque foi uma forma interativa de construção que não é muito convencional no serviço público, em que você faz um projeto, ele tem que ser o mais perfeito possível, demora muito no planejamento, demora mais ainda na sua implementação, e depois esse projeto vai sendo melhorado. Nós não fizemos isso, pelo contrário, estamos no melhor espírito *hacker*, digamos assim. O projeto começa com vários

problemas e ele vai sendo melhorado, criticado, tendo sua forma de construção mais aberta. Sangramos muito no começo, foi um “parto” muito difícil, mas conseguimos um sucesso aqui, com outras visões e mais força interna, aqui na Câmara, para defender. Então, houve maior apoio tecnológico, administrativo etc. Mas, esse é um projeto que tem ida e vindas. Tem avanços e retrocessos. Mas, devagarzinho, a gente tem conseguido ter mais gente trabalhando no e-Democracia. Então, hoje nós temos uma plataforma que é sustentável, que tem uma boa qualidade de infraestrutura. Basicamente, fazendo a síntese, essa foi a construção no início, na gênese.

Como são planejadas as ações e ferramentas a serem disponibilizadas em cada Comunidade, já que não há uma disposição homogênea entre as Comunidades (Debates, Wiki, Formulário, Bate-Papo etc.)?

É uma boa observação. Nós verificamos que para cada discussão, são criadas comunidades, solicitadas pelos deputados, normalmente o relator da comissão, o presidente da comissão, o autor de um projeto, e o processo legislativo brasileiro é muito heterodoxo. Ele é muito aberto e existem vários caminhos pelos quais uma proposição legislativa pode passar até chegar a seu êxito, até chegar a ser aprovada ou rejeitada. Então, somando essas diversas opções de tramitação legislativa, considerando, também, os vários objetivos políticos que os parlamentares têm e considerando também as diversas opções de participação, de debate, de deliberação que poderíamos ter, nós vimos que era melhor em cada discussão, em cada comunidade, que nós tivéssemos um plano de discussão, que a gente chama “plano da comunidade”. Nesse plano, então, são colocados os objetivos daquela discussão. E preparamos as ferramentas de acordo com esses objetivos. Vou te dar um caso mais

concreto. Tem deputados que querem, como, por exemplo, na discussão de uma política antidrogas, fazer uma discussão. Essa era uma comissão, que tinha o objetivo mais de estudar, não tinha o objetivo específico de aprovar uma proposição. Então, nós entendemos que era necessário ter um foco mais em fóruns de discussão, discussões mais abertas, mais livres. As pessoas poderem manifestar suas opiniões e dar seu parecer sobre os assuntos diversos relativos a esse tema. Quando nós temos uma discussão sobre o Código do Processo Civil, que já está numa fase muito adiantada de tramitação. Ele já estava com seu texto muito pronto, faltava só ser lapidado, então, nós focamos numa participação mais estilo *wiki*, em que as pessoas pudessem, artigo por artigo, comentar ou propor seus próprios textos para aqueles artigos. Estou dando só dois exemplos, mas, há vários. Então, de acordo com os objetivos e também as possibilidades de participação, a gente pode fazer um menu próprio pra cada discussão, para cada objetivo. E aí nós tivemos (e foi uma criação nossa mesmo, eu não vejo isso comumente em outro lugar) de criar o guia da discussão, que é aquele painel, que seria uma linha do tempo não necessariamente do processo legislativo, embora haja uma ligação, uma conexão com o processo legislativo. Mas uma linha-tempo do processo de participação, de discussão, que a gente viu que era necessário definir em fase. Então, é muito comum se temos uma fase, como na discussão que estamos vendo bem forte agora, da reforma política, uma fase agora que o relator que ouvir a sociedade falar mesmo. Então, nós vamos ter três ferramentas: uma delas são os fóruns, livres, para as pessoas dizerem, desabafarem, comentarem, darem informações e se posicionarem livremente; a segunda ferramenta é aquele espaço “Nossas Ideias”, aquela enquete que foi desenvolvida pela Universidade de Princeton, que serve às pessoas que não querem discutir ideias, só colocar sua ideia de forma sintética e poderem selecionar essas ideias. Então, é um momento de mais liberdade da discussão. Vai haver uma segunda fase em que essas

ferramentas serão colocadas de lado e vai entrar outra ferramenta que é uma adaptação do fórum, em que o relator vai pedir para as pessoas apresentarem propostas muito objetivas. Depois de ter feito esse *brainstorm*, discutido, elas vão apresentar propostas e elas serão depois selecionadas. Tudo isso, claro, é uma forma de consulta pública interativa, não é uma consulta pública no estilo das agências, que dispõem o texto, ouvem as pessoas, os membros da agência avaliam aquelas sugestões e depois fazem o texto. Nesse, aqui da Câmara dos Deputados, o processo de consulta pública do e-Democracia é mais interativo. Os deputados já assimilam durante as discussões essas sugestões, as críticas etc. e vão fazendo isso de forma mais ligada a sua rotina, não é uma fase tão estanque. Agora, passou a fase de consulta pública, vamos apanhar tudo isso. A nossa proposta é que seja uma consulta pública mais interativa.

Que tipo de motivação resultou na mudança do *layout* em abril de 2013? Foi algo que partiu só do corpo técnico da Casa ou teve a ver com outros fatores, como o grupo de discussão “e-novaCamara”?

Não, ele vem depois. O grupo e-novaCamara, que nós criamos, era uma ideia que a gente tinha de que havia um grupo de pessoas que estavam pensando em coisas avançadas (*hackathons*, códigos abertos, participação digital, transparência, dados abertos, essas coisas todas) e estávamos trocando e-mails de forma muito fechada. Eu falei: “olha, gente, temos que também permitir que outras pessoas dentro da Casa possam ter acesso e trocar conhecimento para que a gente possa criar um grupo de pessoas que estão divididas pelas mais diversas áreas, que isso facilite o processo de inovação”. Processo de inovação em serviço público é um processo muito complicado, muito difícil, tem uma série de problemas. Um deles é isso, é a falta de massa crítica mesmo em relação a esses termos. Então, o objetivo do

“e-novaCâmara” foi nesse sentido de inovação mais geral, não necessariamente focado no Portal e-Democracia. Essas mudanças vieram de conclusões a que a gente vai chegando. Sempre mudamos esse *layout*, mais ou menos uma vez por ano há uma mudança, que é essa necessidade de adaptar constantemente esses portais e resolver as dificuldades que foram sentidas, tornar mais acessível etc., conforme constatações que nós temos, com base em percepções próprias, como também em críticas. A gente tem uma comunidade só pra discutir o e-Democracia, dentro do próprio Portal, caso se queira criticar e apresentar sugestões, desde o começo. Podem mandar e-mails, então, tem e-mails muito interessantes que chegam e nosso objetivo era, primeiramente, reduzir um pouco a navegação, tinha muitas telas para as pessoas chegarem aos pontos. Tinha uma *Home*, depois tinha uma tela das Comunidades, então a gente tinha a necessidade de simplificar como objetivo maior. O próprio guia da discussão estava um pouco complicado e simplificamos, mudamos um pouco a linguagem no e-Democracia. O foco era muito em ferramentas e nós mudamos. O foco tem que ser em verbos: discuta agora, apresente suas ideias, participe do “Nossas ideias”. Em vez de falar assim “coloque um *post* no fórum” é melhor “venha discutir com os deputados”. Então, é uma mudança um pouco na comunicação também, tudo com o objetivo de simplificar, deixar o portal mais fácil de navegar e de ser compreendido.

193

Observando as discussões pude constatar que há participação tanto de usuários inscritos quanto de não-inscritos em uma comunidade. Qual seria, então, a finalidade desse processo de inscrição, que vantagens e desvantagens virão com a inscrição?

Olha, não tem nem o objetivo de segmentar nem de limitar. Essa possibilidade de estar inscrito na Comunidade Legislativa era só uma forma de a gente saber quem estava participando daquela discussão,

já que o portal não tinha ferramentas para ver isso diretamente. Quando você coloca “participe da comunidade”, aliás, quando tinha isso, porque agora foi retirado, [o objetivo] era dizer quem estava participando para a gente ter esse dado depois. Os próprios deputados queriam muito conhecer. De forma geral, nossa ideia aqui é de amplo acesso, ampla possibilidade de participação. Só precisa fazer o *login*, que é muito simples. A discussão era “vamos fazer esse *login*?”. Os deputados querem saber idade, gênero, e nós não temos esses dados, mas, foi deliberadamente decidido que era melhor a gente facilitar o acesso. É um cadastro simples, nome, e-mail, e em um minuto você começa a participar. Nome, e-mail e unidade da federação, já que UF é uma informação de que a gente não queria abrir mão, porque é muito importante para os deputados. E a pessoa pode entrar estando formalmente ligada àquela comunidade ou não. Então, todo mundo pode participar de tudo sem nenhuma limitação. No começo, a gente fez uma experiência que não foi bem-sucedida e eliminamos logo, de imediato, na discussão da Mudança Climática: ter um fórum para especialistas e outro pra sociedade. Isso porque estávamos preocupados que alguns especialistas, vendo que a discussão estaria muito pobre, muita discussão panfletária (o que é muito comum), resistiriam em participar e falar “eu não vou gastar meu tempo, colocar minha cara aqui numa discussão pobre, um monte de gente que nem entende, só falando bobagem”. Então, a gente quis criar um fórum de especialistas e um fórum de qualquer pessoa que não fosse especialista. Mas, isso não deu muito certo, pois os próprios especialistas não se sentiram estimulados a participar dessa forma. Eles se sentiam um pouco segregados. Então, durou muito pouco, foi logo no começo. A ideia, então, é de liberdade, ampla acessibilidade: o usuário pode participar, sem nenhuma limitação.

E quanto à classificação dos usuários em “observador”, “participante”, “engajado” e “colaborador”?

Foi uma classificação que a gente sentiu necessidade de fazer, mas, confesso pra você que não deu muito certo. Na verdade, o objetivo era que a pessoa se identificasse assim: “especialista”, “deputado”, “administrador da plataforma” etc. Claro que isso acabou não funcionando muito bem, não tendo muita utilidade. Já que na própria identificação lá em cima as pessoas podem dizer quem elas são na discussão. Mas o objetivo era que, com base nessa definição de papéis bem como nas comunidades virtuais (que tem papéis definidos), o usuário fosse identificado como administrador, moderador, participante, observador, aquele que simplesmente observa, mas a gente sentiu que, na prática, as pessoas colocam o que querem. Claro que “administrador” e “moderador” são categorias que só quem tem a possibilidade de definir somos nós aqui. Há um projeto de que, quando a pessoa for participando, ela ganhe “pontos” e vá aumentando seu *status*, seu papel, como a gente vê em muitos blogs etc. Isso não foi implantado ainda e, na verdade, o sistema coloca todo mundo como observador. Então, os papéis são definidos pela equipe aqui. Mas tem esse projeto pra gente colocar assim um pouco de *gamefication*, para as pessoas sentirem que elas vão ganhar estrelinhas, que elas vão ganhar no bom sentido, mais participativo. É uma metodologia que eu acho muito interessante, tem alguns blogs que funcionam assim, que as pessoas vão ganhando papéis, vão se tornando editores, por exemplo. Blogs jornalísticos têm muito isso. O sujeito publica uma matéria, aí publica mais, as matérias deles são muito apreciadas e aí ele vai ganhando certo *status* e se torna editor. Assim, cria-se um *boom* de editores e eles vão decidindo as matérias, etc. Esse tipo de coisa é interessante e a gente está estudando aqui.

Como acontece a escolha da pauta que vai à discussão, tornada Comunidade?

Nós temos duas formas de participar: pelo Espaço Livre, as pessoas vão lá e propõem suas discussões. A gente fica sempre observando isso. Há umas discussões mais picantes e a gente tenta levar aos parlamentares, transformar numa Comunidade. E há as Comunidades Legislativas que são solicitações de parlamentares. Não existe nenhuma questão de crivo, o que é uma pergunta muito recorrente. Essa pauta é livre. A princípio, a qualquer parlamentar que queira discutir um assunto com a sociedade, o e-Democracia está aberto. Claro que tem uma limitação de pessoal etc. Entretanto, eles [os pedidos] não têm sido tão numerosos que inviabilizassem esse tipo de critério aberto. Mas, basicamente, o que a prática tem mostrado é assim: relatores de matérias importantes ou presidentes de comissões especiais, de um determinado assunto muito específico, solicitam. Discutir coisas grandes é algo que dá mais certo: reforma política, política antidrogas, marco civil da internet, estatuto da juventude. Esses são temas específicos, mas há outros que as pessoas vão discutir de forma mais aprofundada com os deputados. Agora, repito, esse critério é aberto, não tem essa de vamos fazer esse assunto, não vamos fazer esse. É por solicitação dos parlamentares mesmo. Claro que, se daqui a pouco nós tivermos cem solicitações de uma vez com várias Comunidades, nós vamos ter que trabalhar com um critério mínimo. Mas, como ainda não houve essa necessidade, como muitos deputados ainda não conhecem, não sabem o que é, não utilizam, a gente deixa bem aberto para que o parlamentar possa utilizar isso. Uma coisa importante que tem que deixar claro que pouca gente entende que, como é tudo muito novo, tem que deixar a sociedade e os deputados aprenderem a fazer participação digital. É uma questão de “vamos ainda entender o processo” para todo mundo se conhecer, para a sociedade conhecer os deputados, ver a forma como eles trabalham e vice-versa, os deputados se adaptarem a tudo isso. E aí, claro que as discussões são levadas a sério, sim. Tem

um grupo de consultores que pegam essas contribuições e passam pros deputados. Os deputados decidem o que querem ou não acatar, justificam. Então isso está sendo levado muito a sério, mas a gente entende a importância de deixar tudo muito fluido, muito aberto para os deputados, para os cidadãos, porque aí todo mundo vai começar a se comportar como cidadão mesmo, mais participativo por natureza. Enquanto a minha geração, dos trinta e pouco pra cima, só participava da eleição, ou vinculando-se a um partido político, ou indo a um movimento de rua específico, a sua geração, dos “nativistas”, todos mais novinhos, vai ter formas de participação, de interação, já mais ligadas à rotina, mais ligadas ao DNA, naturalmente. Então, o momento que a gente está vivendo é um momento de transição em que nós temos essas diversas gerações e esse choque de gerações. Para você ver, a média de idade dos deputados da legislatura de 2011-2015, do mandato, era de 47 anos, segundo os dados do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). Então, imagine que a maioria dos deputados são pessoas de gerações anteriores e que ainda não conhecem ou não tem familiaridade com participar em discussões virtuais.. Tem uns que aprendem rápido, outros que são mais novos, que são muito bons, tem outros que, embora sejam desconhecedores desses mecanismos todos, colocam uma assessoria que nos ajuda, que vai trabalhando para eles. Mas, esse ainda é um processo muito complexo. Por isso, a gente tem que deixar todo mundo ir aprendendo um pouco.

197

De onde partiu a ideia de dispor a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual para discussão no portal?

Nós tivemos um presidente da comissão de orçamento no ano de 2012, o deputado Paulo Pimenta, do PT do Rio Grande do Sul, que é

um dos deputados mais abertos e interativos, vanguardista nessa questão de transparência e participação digital. Ele se mostrou muito aberto e nos chamou no início do mandato [como presidente da Comissão], em abril de 2012. Ele queria fazer interações com a questão orçamentária. Juntamente com a comissão de orçamento da Casa, nós fizemos e foi muito ensaístico. Começamos a fazer essa participação e ideias foram surgindo. Nós vimos que uma discussão de orçamento tem que ser muito específica. Além de fóruns, na questão do orçamento, houve, por exemplo, a possibilidade de as pessoas apresentarem sugestões de emendas, que vão diretamente para os deputados. Você deve se lembrar disso, que as pessoas podiam, além de participar de um fórum de discussão etc., ou das audiências públicas interativas, tendo uma delas acontecido com a ministra Miriam Belchior. As pessoas postaram perguntas, comentários, e o presidente fez as perguntas para a ministra, ou seja, a sociedade utilizando o Parlamento para ajudar o Parlamento a melhor interrogar, questionar e solicitar esclarecimentos de ministros do Estado. Então, isso é muito legal: participação para fiscalização e controle também, não só pra construção. E a sociedade apresentando, também, sugestões de emendas. Os deputados têm aquela pequena fatia de emendas parlamentares; então, com a sociedade sugerindo essas emendas, eles já as constroem em um formato específico e isso já chega diretamente para o deputado. Isso tudo facilita para que esses parlamentares, não só os deputados, mas, os senadores também, peguem essas ideias de forma bem específica, para aquele objetivo bem específico de orçamento. Agora, foram ensaios. A LDO foi uma discussão muito simples, teve pouca participação. Do orçamento [LOA], também. Agora, nós entendemos que este ano podemos ter tudo de novo com mais intensidade. Mas, isso está muito ligado ao presidente da comissão, ao relator da comissão, e a gente não sabe ainda o que esses líderes da área vão querer este ano. Mas não houve, por exemplo, este ano, sobre a LDO, a gente não recebeu esse pedido. Então, claro, já é um grupo político

que, não digo nem que não está preocupado, que não pensa nisso, mas que às vezes não teve a oportunidade de fazer. Mas, ainda há muita coisa para evoluir nisso, como você pode ver.

Observando os fóruns, vi que não houve participação parlamentar nas discussões das comunidades. Então, como chegam até eles as demandas e que tipo de intervenção há, dos agentes políticos, nessas discussões?

Nós vimos que as pessoas gostam muito de ver os deputados lá discutindo e participando. Mas é muito difícil eles fazerem isso, porque, em relação aos deputados: 1) falta uma cultura de interatividade; 2) eles têm uma agenda muito complicada mesmo, para parar e discutir; e 3) as próprias assessorias não estão muito preparadas para fazer isso. São coisas simples, como pegar o deputado de vez em quando passando ali e pegar um vídeo com o *smartphone*, gravar uma resposta dele, fazer uns *posts*, foi o que criamos, aqueles videofóruns. A gente está fazendo um esforço para ser utilizado, mas ainda é muito difícil. Estamos testando um aplicativo de celular que facilite isso, para que o deputado, ele mesmo, faça o vídeo, e faça o *upload* numa *trend* qualquer de uma discussão, mas, é muito difícil ter essa cultura. Agora, o que é mais facilitado são as audiências públicas interativas, quer dizer, as pessoas podem, durante essas audiências, questionar, apresentar ideias, argumentos. Mas, tudo depende muito, pois esse não é um processo que está massificado e sistematizado em todas as comissões. Há comissão que tem um parlamentar presidente com letramento para isso; outros, não. Então, há funcionários muito preparados para isso, outros, nem tanto. É muito irregular, uma vez que não há uma obrigação de se fazer, embora tenha a Lei de acesso à informação, diga lá que você tem que ter sistemas de consulta pública. Não houve uma regulamentação disso, uma ordenação em

nível interno que obrigasse isso, então está muito irregular. Então, depende um pouco. Mas, apesar disso, no final, para a síntese dessas discussões, existem consultores legislativos que são concursados, que são especialistas: são 21 áreas de conhecimento de política públicas. Eles fazem relatórios para os deputados, eles constroem os textos. São os *lawmakers* técnicos, e eles têm um papel muito importante de passar umas ideias para os parlamentares e estes decidem o que eles querem colocar ou não. E há alguns casos em que aconteceu uma coisa muito boa, como no marco civil da internet, que tem uma tabela no final que diz quem contribuiu para quê em cada um desses dispositivos, inclusive de umas fontes que não são do e-Democracia. Então, isso é um suprassumo da participação. Você tem uma participação que funcionou de forma detalhada: você tem uma resposta formal, na verdade, um documento que tem o nome do cidadão que participou e esse documento vai ficar registrado na história do Parlamento. Por exemplo: que o fulano de tal, cidadão, deu uma ideia que está lá e ajudou a construir determinado artigo daquele texto e depois vai virar lei. Mas nem todos os deputados, os consultores, chegam a esse tipo de detalhe, e justificam dessa maneira. Alguns colocam no geral, o que acataram e o que não acataram. Então, a gente tem muito a avançar para que isso seja sistemático e que funcione dessa forma.

200

De quem partiu a ideia do formulário disposto na comunidade da Lei Orçamentária Anual? Influência de outras iniciativas estudadas, como os formulários da Nova Zelândia?

Não, na verdade, esse formulário já estava pronto, e estava disponível no portal do orçamento, no Portal da Câmara. Os consultores de orçamento abraçaram muito essa ideia de participação, tem uma equipe lá muito boa, muito aberta a isso, com um diretor muito entusiasta desse tipo de interação. Havia, na

verdade, a intenção de apresentar esse formulário de emenda, que estava escondido no portal do orçamento, ninguém conhecia muito. O que a gente fez, então, foi alocar esse no e-Democracia, aliar a outras ferramentas e fazer uma divulgação melhor disso tudo. Mas essa possibilidade já existia, já estava pronto.

Há novas ações planejadas, além da disposição novamente da discussão das leis do orçamento, das mudanças anuais de layout, ações mais específicas, por exemplo, ligadas a *accountability*?

Nós temos vários projetos, várias ideias que a gente quer implementar e que estão em avaliação. Uma delas é transformar o e-Democracia num sistema mais parecido com um jogo, um sistema de *gamification*, um bom exemplo disso é o projeto “Global Citizen”, um portal em que as pessoas vão interagindo como se estivessem fazendo parte de um jogo. A intenção é facilitar, deixá-lo mais lúdico, melhorar a acessibilidade dele, permitir a participação nele via aparelhos móveis, agora que está em código aberto. Também fazer o “Hackathon” [projeto que se concretizou em 2014], que é um concurso de aplicativos, não só pro e-Democracia, mas, para o Portal da Câmara. Temos várias possibilidades.

Você, na qualidade de estudioso de projetos de democracia digital, como avalia o e-Democracia em relação a outras iniciativas recentes pelo mundo?

O e-Democracia tem suas peculiaridades. Com essas ferramentas todas, com esse objetivo, ele foi inovador, no mundo, em Parlamentos. Mas, hoje, como a gente não está tendo mais esse apoio, nós estamos, eu acho, tendendo a ficar um pouco defasados. Esse tipo de projeto tem de estar sendo constantemente sendo aprimorado, melhorado, agregando-se novas ferramentas, novas

formas de participação, ter mais divulgação, porque o brasileiro, de uma forma geral, não conhece o e-Democracia. Muitos deputados ainda não conhecem. A Câmara é uma instituição muito complexa, há muitos conflitos de departamentos, que dificultam a integração de certas ações. Mas, o portal e-Democracia, ainda é inovador, pelas peculiaridades que tem, coisas como o guia da discussão, o conjunto das ferramentas, tipo de segmentação das discussões, o envolvimento que a gente tenta fazer da Casa nesse sentido de colocar os consultores legislativos auxiliando no processo, ou seja, pessoas que vão fazer diferença na questão do impacto da participação na tomada de decisão. E isso é algo que eu acho muito inovador, porque, por exemplo, no Senador Virtual do Chile não tem. É só um relatório que eles distribuem aos senadores. Então, eu acho que, por essa série de fatores o e-Democracia ainda é um projeto que é, e que pode ser mais, uma referência no sentido de que não é só um portal é um instrumento de mudança de cultura organizacional, uma mudança de leitura política, e que tem por detrás uma série de novos processos que tiveram de ser definidos dentro da instituição e são muito importantes para o seu sucesso, como esse de colocar especialistas que assessoram os deputados participando e utilizando o portal. Isso porque as pessoas querem participar, querem ao menos que a ideia delas tenha sido ouvida, tenham ao menos uma declaração dos parlamentares dizendo “olha, ouvimos, sim, sua ideia, seus argumentos, mas, não vamos acatar por tais motivos” – ter uma justificativa – “e o texto final vai ser este, por tais motivos”. Eu acho que é, talvez, o melhor que nós podemos ter hoje, que é uma representação mais aberta, mais justificada, mais transparente. Essa mistura entre participação e representação hoje, talvez, seja o ideal. Não sei se no futuro vão ter mecanismos para viabilizar a democracia direta, ou aumentar essa democracia direta de outras formas; é o que está se discutindo por aí. Mas hoje a gente tem uma representação mais aberta, mais interativa, que se aproveita do *crowdsourcing*, da

inteligência colaborativa, é o ponto principal da questão e no qual nós estamos focados.

203



COMPOLÍTICA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE PESQUISADORES EM
COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

Presidente: Alessandra Aldé (UERJ)
Vice-Presidente: Luis Felipe Miguel (UnB)
Secretário Executivo: Francisco Jamil Marques (UFC)

Editoras-Chefes:
Alessandra Aldé (UERJ) e Maria Helena Weber (UFRGS)

Editores Executivos:
Edna Miola (UFS), Fernanda Sanglard (UERJ), Rafael
Cardoso Sampaio (UFMG) e Viktor Chagas (UFF)

Revisoras:
Fernanda Sanglard (UERJ) e Isabele Mitozo (UFPR)

<<http://compolitica.org/revista>>

A Revista Compolítica é uma revista eletrônica da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. Com periodicidade semestral, sua proposta é difundir a produção acadêmica relacionada às interfaces desses campos de estudo.

Ao citar este artigo, utilize a seguinte referência bibliográfica

MITOZO, Isabele. *O Portal e-Democracia e suas potencialidades: avanços e desafios de uma ferramenta de participação legislativa (Entrevista com Cristiano Ferri de Faria)*. In: **Revista Compolítica**, n. 4, vol. 2, ed. agosto-dezembro, ano 2014. Rio de Janeiro: Compolítica, 2014.

